

APRESENTAÇÃO

Esta é uma publicação mensal da subseção do DIEESE na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI.

Trata-se de um boletim informativo e analítico que tem por finalidade a permanente discussão, acompanhamento e atualização de temas relacionados ao mercado de trabalho, com enfoques voltados para a conjuntura econômica e social do país.

Neste boletim do mês de junho será apresentada uma nota sobre as transformações no mercado de trabalho e desafios para a previdência social no Brasil, conjuntura econômica, indicadores econômicos como mercado de trabalho, índices de inflação e outras informações importantes, além do desempenho da Indústria de uma maneira geral.

Como de costume, trazemos também alguns indicadores econômicos úteis à vida sindical, como por exemplo, a pesquisa de emprego e desemprego feita em seis regiões metropolitanas brasileiras e a variação da cesta básica em dezesseis capitais brasileiras.

Boletim de Conjuntura - Junho de 2007

José Calixto Ramos – Presidente
Alessandra de Moura Cadamuro - Responsável Técnico

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria
Endereço: Av. W3 Quadra 505 Lote 01 Bloco A SEP/Norte -
CEP: 70730-517 - Brasília - DF
Fone: (061) 3448-9900 - Fax: (061) 3274-7001
E-mail: cnti@cnti.org.br Site: www.cnti.org.br

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

ÍNDICE

- I - TRANSFORMAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO E DESAFIOS PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL
- II - CONJUNTURA ECONÔMICA
- III - INDICADORES ECONÔMICOS
- IV - DESEMPENHO SETORIAL

Entre em contato conosco pelo e-mail:

sucnti@dieese.org.br

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

1 – TRANSFORMAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO E DESAFIOS PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

A Proteção Social é uma dimensão essencial do contrato que estabelece regras e padrões mínimos de vida e convivência em certa sociedade humana. Sociedades em que vigoram condições de vida muito desiguais, com significativos segmentos populacionais concentrados entre os mais pobres, defrontam-se com um duplo desafio: construir um sistema de proteção social que pelo menos amenize as disparidades e impeça as iniquidades e, ao mesmo tempo, superar as fortes resistências à construção desse sistema por parte daqueles que dele não se beneficiarão diretamente ou, até mesmo, podem usufruir da reprodução e ampliação da desigualdade. Nesse momento, mais uma vez, a sociedade brasileira é convocada a refletir e discutir sobre seu sistema de proteção social. E um dos pontos em debate refere-se às relações entre os desempenhos da Previdência e do mercado de trabalho.

A constituição e a consolidação do sistema previdenciário no País foram favorecidas pelo longo processo de crescimento econômico do Brasil, no século XX, até o início da década de 80, que se refletiu num acelerado movimento de industrialização, urbanização e de maior formalização das relações de trabalho. Nesse período, recursos da previdência pública foram desviados para financiar a expansão econômica. Nos últimos 25 anos, a estagnação econômica, o endividamento e a crise de financiamento do Estado trouxeram dramáticas conseqüências para o mercado de trabalho e para o financiamento da Previdência, sobrecarregando o sistema de proteção social. Ao mesmo tempo, houve avanço do processo de democratização e ampliação dos direitos de cidadania no país.

Esta Nota, feita a partir de artigo apresentado no Fórum Nacional da Previdência, leva em consideração as relações existentes entre dois aspectos importantes para a manutenção da Previdência. De um lado, está a forma como a sociedade brasileira se articula para garantir a produção econômica e de outro, como ela provê as condições para que aqueles que participaram desta produção, e não podem mais fazê-lo, possam garantir sua vida e a de sua família.

Previdência e mercado de trabalho

Conforme o artigo 194 da Constituição Federal, a Previdência integra o sistema de seguridade social, em conjunto com as ações promotoras de saúde e de assistência social. De acordo com o artigo 201, visa garantir a renda dos trabalhadores em idade avançada, em situações de doença, invalidez, gravidez ou desemprego involuntário, e a de seus dependentes, no caso de morte do segurado e, se a renda for baixa, na eventualidade de reclusão. Há ainda o auxílio representado pelo salário-família. As fontes de financiamento da Seguridade Social, por sua vez, são definidas, de modo amplo, pelo artigo 195 da Constituição. Os recursos podem ser provenientes das empresas (sob a forma de tributos sobre a folha de pagamentos e de outros rendimentos do trabalho e/ou sobre o faturamento e/ou o lucro), dos trabalhadores e demais segurados, das loterias e de impostos sobre importações. Por se constituir em um seguro social e privilegiar um esquema de repartição simples (em que os benefícios de dado período são financiados basicamente por recursos arrecadados no mesmo período), a Previdência Social brasileira materializa um compromisso entre gerações e intergerações, contribuindo para o fortalecimento da solidariedade e dos laços sociais.

Assim, a Constituição não restringe as fontes de financiamento da Seguridade (ou de um de seus componentes, a Previdência) às

contribuições de empregados e empregadores. Essa situação, no entanto, muitas vezes é desconhecida pelas análises sobre a questão previdenciária, o que faz com que estes estudos apresentem graves implicações nas recomendações de medidas de ajuste ou reforma. Porém, o fato de a arrecadação oriunda das contribuições de empresas e trabalhadores ser fundamental para a manutenção do sistema implica estabelecimento de relações entre o comportamento do mercado de trabalho e o da Previdência.

A análise das relações entre mercado de trabalho e Previdência Social pode ser feita a partir do ponto de vista do financiamento do sistema e a partir da ótica dos trabalhadores. Outro aspecto a ser analisado diz respeito aos custos impostos às empresas pela contribuição previdenciária.

a) A perspectiva do financiamento

Quanto ao financiamento da Previdência, devem ser considerados, antes de tudo, dois aspectos:

- a composição das posições na ocupação, uma vez que, em algumas formas de inserção, a taxa de não associação ao sistema é mais elevada; e
- as remunerações, que são a base de incidência das contribuições.

a.1) Considerando as formas de inserção no mercado de trabalho

Segundo a posição na ocupação, os dados mais recentes das regiões metropolitanas indicam uma elevação do peso do “emprego assalariado com carteira assinada pelo empregador” na estrutura ocupacional. Os dados do Cadastro Geral de

Empregados e Desempregados (Caged) vêm indicando, nos últimos anos, intenso crescimento do assalariamento com carteira de trabalho assinada em todo o país. O revigoramento da importância do assalariamento com carteira configura um sinal muito positivo para o financiamento da Previdência Social, uma vez que esse tipo de relação de trabalho traduz-se plenamente (ou quase) em contribuição ao sistema.

Apesar do crescimento do assalariamento com carteira, permanece alta a proporção dos que não contribuem para a Previdência. As posições com menores taxas de contribuição são as de assalariados sem carteira assinada pelo empregador, de trabalhadores autônomos, de profissionais universitários autônomos, de empregados domésticos e de empregadores. Considerando o peso da categoria e a taxa de não contribuição de cada categoria, pode-se dizer que o impacto maior da não associação ao sistema está entre os assalariados sem carteira, autônomos e empregados domésticos.

Além dos atuais ocupados que não contribuem, ainda há outros grandes contingentes de potenciais contribuintes: os desempregados e as pessoas em idade ativa que se encontram fora da força de trabalho.

Os desempregados não contribuem para a Previdência antes de tudo por não terem uma ocupação econômica regular remunerada. Adicionalmente, eles ou suas famílias talvez estejam recebendo recursos de fundos públicos (como do seguro-desemprego, bolsa-família, Benefício de Prestação Continuada - BPC etc.) em função da situação de desemprego ou do impacto disso na renda familiar. E, apesar de vir se reduzindo desde 2003, o nível de desemprego no país ainda permanece bem elevado. O percentual de desempregados atingia 16% da População Economicamente Ativa na Região Metropolitana de São Paulo, em 2006, segundo os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED RMSP),

realizada pelo DIEESE e a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) com apoio do Ministério do Trabalho e Emprego.

Os inativos adultos também podem se tornar trabalhadores e contribuintes para o sistema social. Embora venha diminuindo gradativamente ao longo das últimas décadas, a diferença entre as taxas de participação na força de trabalho de homens e de mulheres permanece expressiva. Ou seja, os homens adultos continuam inseridos mais intensamente na força de trabalho do que as mulheres. Portanto, caso o desempenho econômico favoreça, mulheres adultas podem ingressar na força de trabalho e ter uma taxa de participação mais expressiva, em particular se os desafios da esfera da reprodução humana (isto é, os desafios da organização do trabalho para o domicílio e para a família e os das relações de gênero) forem mais bem equacionados.

Mas, há sinais de que trabalhadores com escolarização muito baixa estão sendo expulsos do mercado de trabalho pelas crescentes demandas de qualificação colocadas pelas empresas. Isso pode explicar a leve diminuição da taxa de participação masculina nos últimos anos e a relativamente abrupta mudança do perfil educacional dos ocupados e desempregados em regiões metropolitanas. Assim, o crescimento econômico mais acelerado pode oferecer a chance para que essas pessoas retornem à atividade econômica e voltem a encontrar um trabalho remunerado.

a.2) Considerando as remunerações

Para um financiamento mais adequado do sistema previdenciário, a remuneração média dos trabalhadores da ativa deveria crescer à frente do benefício médio dos aposentados e pensionistas. Nos últimos anos, porém, o rendimento médio dos ocupados e o salário

médio dos assalariados tiveram queda persistente e apenas bem recentemente começam a esboçar reação.

Além da evolução dos rendimentos dos ocupados em geral, e dos assalariados em particular, outro fator a ser considerado diz respeito ao nível dos rendimentos. O estímulo e a disponibilidade financeira para a associação ao sistema (e a seu financiamento) são dificultados pelo nível dos salários praticados no Brasil. Os baixos níveis de remuneração pagos no país são patentes. Mesmo na área mais desenvolvida, a Região Metropolitana de São Paulo, pouco mais de metade dos ocupados recebia, no máximo, 2 salários mínimos em 2006 (segundo a PED RMSP). Em algumas categorias de ocupados, essa proporção era ainda mais elevada. Entre 65% e 70% dos “contratados à margem da modalidade padrão” (entendidos como “assalariados sem carteira”, “terceirizados” e “autônomos que trabalham para uma empresa”) e dos “trabalhadores por conta própria” (“autônomos para mais de uma empresa” e “para o público” e “donos de negócio familiar”) auferiam rendimentos de até 2 salários mínimos.

Dessa maneira, considerando os rendimentos do trabalho, tanto o seu nível quanto o seu comportamento têm sido fatores, apenas relativamente, favoráveis ao financiamento da Previdência (e tampouco têm promovido melhores condições de vida para a maioria das famílias de trabalhadores). Por outro lado, pelo menos no período mais recente, desde 2000 aproximadamente, a composição da ocupação segundo posição e o nível de ocupação tem contribuído para um financiamento mais adequado da Previdência Pública.

b) A perspectiva dos trabalhadores

Na perspectiva dos trabalhadores, o mercado de trabalho brasileiro ainda é marcado por profundas heterogeneidades

quanto às condições de trabalho, formas de contratação, remuneração, jornada, tempo de permanência na ocupação etc. É um grande desafio para a Previdência criar regras gerais para situações tão diferenciadas. Uma grande dificuldade é definir regras que, por exemplo, contemplem, ao mesmo tempo, a situação de quem começa a trabalhar muito jovem, em condições precárias de salubridade no trabalho e, portanto, com saúde vulnerável e expectativa de vida mais curta; e a situação do trabalhador de “colarinho branco”, com nível educacional superior, acesso a serviços de saúde privados e condições e expectativa de vida semelhantes à vigente em muitos países centrais.

Considerando ainda as disparidades sociais existentes no país, constituem obstáculo à efetivação do direito à aposentadoria para grande parte dos trabalhadores:

- a curta permanência na ocupação;
- o longo tempo de desemprego;
- a permanência estrutural na “zona cinzenta” entre a inatividade, o desemprego e a ocupação precária e - as mudanças relativamente freqüentes na ocupação e na forma de inserção[§].

No Brasil, é muito alta a proporção de trabalhadores com curta permanência no mesmo emprego. Na cidade de São Paulo, é impressionante a concentração de “assalariados sem carteira” na faixa de “até seis meses” no mesmo emprego (46,9%, quase metade dos “sem carteira”, em 2006). Além disso, 45% dos “com carteira” e 76% dos “sem carteira” estavam há no máximo dois anos na ocupação corrente (pelos dados da PED RMS/SP). Já para o Brasil, mesmo em formas de inserção mais estáveis, o tempo de

[§] Além de questões oriundas da própria gestão do sistema que previdenciário que dificultam a identificação da contribuição. Por exemplo, em parte da construção civil a contribuição é feita sobre o valor da obra sem vinculação aos trabalhadores que dela participaram.

permanência na ocupação tende a ser curto: quase 50% dos “assalariados com carteira” e “funcionários públicos” estavam, em 2005, há no máximo dois anos no mesmo emprego (dados da Relação Anual de Informações Sociais - Rais de 2005).

Pelo menos nas regiões metropolitanas (conforme pode ser aferido com os dados das PEDs), a elevação da taxa de desemprego na década de 90 foi acompanhada, em particular a partir de 1995, pela expansão do tempo médio da situação de desemprego. Novamente considerando os dados da Grande São Paulo, constata-se que o tempo médio de desemprego passou de 22 semanas, em 1995, para 55 semanas em 2004, caindo para 50 semanas, em 2006, patamar ainda muitíssimo elevado, quase equivalente a um ano. Na mesma região, 46% dos desempregados estavam em situação de desemprego há mais de seis meses em 2006, segundo dados da PED RMS/SP.

b.1) A aposentadoria rural

Por fim, é preciso ressaltar a importância das chamadas “aposentadorias rurais”. A aposentadoria para os trabalhadores rurais de mais idade constitui, antes de tudo, a extensão da garantia de um direito para aqueles que, por muito tempo, exerceram sua profissão sem o reconhecimento de normas e padrões trabalhistas mínimos, que já vigoravam para os trabalhadores urbanos há muito tempo.

Além de ser um direito trabalhista, esse benefício assume a função, talvez não prevista, de aliviar a pobreza e até de incrementar a economia local de pequenos municípios. Segundo Ana Amélia Camarano** se não existissem transferências previdenciárias (considerando as “aposentadorias rurais” e as “não rurais”), a pobreza entre os idosos aumentaria substancialmente.

** Texto para discussão n° 878 do IPEA.

As aposentadorias rurais, a grande maioria delas com valor fixado em um salário mínimo, têm funcionado como um potente canalizador de recursos para domicílios com aposentados das áreas rurais e “quase-rurais” (cidades muito pequenas). Dessa forma, aposentados rurais (homens ou mulheres) tiveram seus papéis sociais e familiares bem como as condições de vida (suas e de suas famílias) alterados profundamente com a implementação desse direito, deslocando o idoso aposentado, no âmbito da família, do papel de “dependente” para o de “provedor” .

c) A perspectiva dos custos empresariais

O estudo de 2006, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Tecnologia, exportação e emprego, revela importantes informações para o debate sobre o tema do custo do trabalho, em particular da Previdência Social. Um de seus artigos demonstra que o peso da Previdência Social na estrutura de gasto com pessoal na indústria de transformação vem caindo gradativamente: 14,5%, em 2003, contra 15,9%, em 1996, enquanto é acentuadamente declinante a relação entre os gastos com pessoal e os custos totais, indo de 19,3%, em 1996, para 12,4%, em 2003, bem como a relação entre os gastos com pessoal e os custos das operações industriais, com queda de 40,4% para 23,2%. Esses dados desautorizariam o argumento da necessidade de redução do custo do trabalho para ampliar a competitividade da produção industrial brasileira.

Outro artigo do mesmo livro demonstra que as “empresas tradicionais”, com forte participação no emprego, contribuem para a Previdência em mais do que o dobro relativamente ao seu faturamento (2,9% do faturamento) do que as “firmas inovadoras” e as “especializadas” (1,3% e 1,2%). Ou seja, quanto mais intensiva em capital, menor a contribuição previdenciária da empresa em relação ao seu faturamento.

Essas informações são pertinentes ao debate, especialmente para subsidiar a discussão sobre a questão da base de cálculo da incidência contributiva, se sobre a folha salarial ou sobre o faturamento ou ainda sob uma forma mista. A Previdência (e, em termos mais gerais, a Seguridade Social) pode ser financiada, ainda mais do que hoje já é, por outras fontes que não a folha de salários.

Conclusões

O Brasil, dado seu nível médio de renda per capita, não pode ser considerado um país pobre e, no entanto, é um país com muitos pobres. O fato de a pobreza no Brasil ser tão disseminada e, pode se dizer, aguda decorre de nossa profunda desigualdade de renda.

O desenvolvimento sustentável exige a inclusão de todos e a superação das desigualdades é condição necessária para orientar o crescimento econômico no sentido do desenvolvimento. O desenvolvimento econômico, entendido como crescimento com maior justiça e compartilhamento de ganhos, é instrumento necessário para viabilizar um melhor financiamento da Previdência, porque pode gerar aumento de salários dos trabalhadores da ativa; aumento da ocupação; redução de formas inseguras e desprotegidas de ocupação; redução do desemprego; possível expansão da taxa de participação; e ampliação do tempo de permanência na ocupação.

Esses fatores, combinados, produzem uma expansão da base de contribuição. Na discussão de medidas corretivas para a Previdência, deve se evitar que, mais uma vez, o ônus das propostas de ajustes incida sobre os trabalhadores que já são os responsáveis pela sustentação da Previdência. A correta análise da sustentabilidade do sistema previdenciário deve examinar os aspectos demográficos, econômicos e político-institucionais em

suas complexas interações e em suas relações com outras dimensões sociais.

Além disso, antes de serem propostas e implementadas mudanças nas regras de acesso aos benefícios e no funcionamento do sistema, são necessárias medidas prévias, que promovam a efetivação de ações já previstas no atual arcabouço institucional do sistema. Tais medidas incluem, entre outras:

- investigar e combater a evasão e a sonegação;
- agilizar a cobrança dos débitos; analisar e, se for o caso, rever as isenções;
- promover a inclusão dos que não contribuem; e
- examinar esquemas alternativos de financiamento que recombinem a composição das receitas incidentes sobre a folha de pagamento e de outras fontes.

E, ainda antes de se promoverem os eventuais ajustes ou reformas no sistema, os efeitos dessas medidas prévias devem ser monitorados, para permitir avaliação da pertinência ou não das mudanças e da sua intensidade. Seria extremamente útil para viabilizar esse processo de discussão e monitoramento, a implantação - e o funcionamento regular e efetivo - do Conselho Quadripartite da Seguridade Social, que, conforme previsto no inciso VII do artigo 194 da Constituição Federal, seria composto por representantes dos trabalhadores da ativa, dos empregadores, dos trabalhadores aposentados e do governo. Fórum semelhante já existiu no Brasil, e foi extinto durante o Governo Militar.

O contrato social que rege as normas de convivência nas sociedades humanas resulta de uma construção política na

história dessas sociedades. O modo como ele é conquistado também define seu conteúdo e seus impactos. Aos trabalhadores brasileiros interessa um sistema previdenciário que incorpore as dimensões de solidariedade social e de seguro coletivo, favoreça a superação da desigualdade econômica e social no país, e seja sólido e sustentável do ponto de vista do financiamento.

Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos Nota Técnica nº 46. Acesse www.dieese.org.br

2 - CONJUNTURA ECONÔMICA

Com um crescimento mais ou menos esperado por todos o IBGE divulgou recentemente o resultado do Produto Interno Bruto (PIB). Os dados revelaram um crescimento de 4,3% no primeiro trimestre deste ano, quando comparado ao mesmo período de 2006, e 0,8% quando comparado com o último trimestre do ano passado, alcançando R\$ 596,2 bilhões no trimestre e é resultado do aumento do consumo das famílias, puxado, principalmente, pela elevação da renda e pela expansão do crédito para pessoas físicas; e dos gastos do governo.

A elevação da renda decorre do aumento da ocupação, refletida nas pesquisas de emprego nas regiões metropolitanas que têm apresentado redução na taxa de desemprego, aumento no rendimento médio real dos ocupados, e conseqüentemente, na massa de rendimentos, proporcionando, assim, um maior dinamismo no mercado interno. Além disso, dados do Ministério do Trabalho também demonstram uma maior formalização do emprego no País.

Mas o que tem influenciado bastante o desempenho da economia brasileira, no entanto, é a política cambial atual. Enquanto o governo alega que o saldo comercial, resultado das importações menos exportações, tem sido o principal responsável pelo dólar baixo, analistas do setor empresarial argumentam que a valorização do real tem sido sustentada por um aumento no ingresso de capitais estrangeiros no mercado brasileiro atraídos pelos juros altos. O fato é que o valor baixo do dólar tem atrapalhado as empresas exportadoras, que registram lucro menor ao vender seus produtos no exterior, e também no mercado interno, já que os produtos importados ficam mais baratos e atraentes.

Diante disso, setores como o têxtil, calçadista, moveleiro e eletroeletrônico têm sofrido bastante e influenciado diretamente o desempenho da indústria. A taxa de crescimento da indústria no primeiro trimestre em relação ao mesmo período do ano passado, foi de apenas 3%, ficando abaixo do crescimento geral do PIB no período, decorrente do aumento das importações e da perda de mercados externos.

Assim, o governo lançou no início de junho um pacote de medidas visando elevar a competitividade das empresas mais atingidas pela valorização cambial e fortalecer a indústria manufatureira brasileira. As medidas se concentram na oferta de crédito e em questões de ordem tributária e se restringem a alguns segmentos. No pacote está a mudança na tributação das importações de vestuário, que passarão a incidir no peso (por quilo) de cada item de vestuário, com um valor fixo baseado nos preços de referência já levantados pela Receita Federal, tentando, assim, inibir a possibilidade de subfaturamento das importações.

Um fato positivo, no entanto, é o aumento, devido à queda nos preços em decorrência da maior oferta, em boa parte garantida pelos chineses, nas importações de bens de capital, ou seja, bens que servem para produzir outros bens, como máquinas e equipamentos. Isso mostra que as empresas estão aproveitando para renovar o parque fabril, o que aumentando a taxa de investimentos na economia, eleva a produtividade industrial e amplia a oferta de bens em geral no futuro.

Isso tem influenciado as expectativas de crescimento para 2007. Parte dos analistas e o próprio Banco Central, estão revendo para cima as previsões e os novos números divulgados alcançam algo próximo a 5%. A questão é se este crescimento tem sustentação, ao longo do tempo, especialmente se considerarmos a hipótese de uma mudança na atual conjuntura internacional. Esta vem

beneficiando sobretudo alguns setores da economia, seja pelo crescimento da economia mundial e pelo frenético consumo chinês que demandam produtos brasileiros, seja por uma maior oferta de bens de capital e de consumo importados pelo Brasil.

3 - INDICADORES ECONÔMICOS

3.1 – Mercado de Trabalho

As informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego mostram que, em junho, o contingente de desempregados no conjunto das seis regiões metropolitanas onde a pesquisa é realizada foi estimado em 3.070 mil pessoas, 70 mil a menos do que no mês anterior (Tabela 1).

TABELA 1
Taxa (%) de Desemprego nas Regiões Metropolitanas e no DF

Regiões Metropolitanas	Jun/06	Mai/07	Jun/07	Em porcentagem	
				Variação	
				Jun/07 Mai/07	Jun/07 Jun/06
Total	17,4	16,4	15,9	-3,0	-8,6
Distrito Federal	19,5	18,4	18,1	-1,6	-7,2
Belo Horizonte	14,2	13,2	12,7	-3,8	-10,6
Porto Alegre	15,0	14,1	14,4	2,1	-4,0
Recife	21,7	21,1	20,5	-2,8	-5,5
Salvador	23,7	22,5	22,0	-2,2	-7,2
São Paulo	16,8	15,5	14,9	-3,9	-11,3

Fonte: Convênio Seade/Dieese/MTE - FAT e convênios regionais.

(1) Correspondem ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e ao Distrito Federal.

Houve redução da taxa de desemprego total na maioria das regiões pesquisadas: 3,9% em São Paulo, 3,8% em Belo Horizonte, 2,8% em Recife, 2,2% em Salvador e 1,6% no Distrito Federal. Apenas na região de Porto Alegre a taxa aumentou (2,1%).

Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Acesse www.dieese.org.br.

A taxa de desemprego total diminuiu de 16,4%, em maio, para 15,9%, em junho (Tabela 2), com retrações da taxa de desemprego aberto, de 11,2% para 10,9% e desemprego oculto, de 5,2% para 5,0%.

TABELA 2
Taxas de Desemprego

Condição de Atividade	Estimativas (em mil pessoas)			Variações			
				Absoluta (em mil pessoas)		Relativa (%)	
	Jun/06	Mai/07	Jun/07	Jun/07 Mai/07	Jun/07 Jun/06	Jun/07 Mai/07	Jun/07 Jun/06
População em Idade Ativa	31.231	31.770	31.827	57	596	0,2	1,9
População Economicamente Ativa	18.855	19.178	19.304	126	449	0,7	2,4
Ocupados	15.566	16.038	16.234	196	668	1,2	4,3
Desempregados	3.290	3.140	3.070	-70	-220	-2,2	-6,7
Em Desemprego Aberto	2.205	2.143	2.103	-40	-102	-1,9	-4,6
Em Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário	725	694	673 #	-21	-52	-3,0	-7,2
Em Desemprego Oculto pelo Desalento	360	303	303	0	-57	0,0	-15,8

Fonte: Convênio Seade/Dieese/MTE - FAT e convênios regionais.
(1) Corresponde ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e ao Distrito Federal.

No mês em análise, o aumento do nível de ocupação (1,2%) repete, de forma mais acentuada, o comportamento positivo observado no mês anterior. As ocupações geradas (196 mil) foram em quantidade mais do que suficiente para absorver a entrada de pessoas no mercado de trabalho (126 mil), o que resultou na diminuição do contingente de desempregados (70 mil). O contingente de ocupados nas seis regiões foi estimado em 16.234 mil pessoas e a População Economicamente Ativa, em 19.304 mil.

Esse comportamento da taxa de desemprego total refletiu o aumento do nível de ocupação em intensidades diferenciadas entre praticamente todas as regiões: 1,8% em São Paulo, 1,4%

em Salvador, 0,6% no Distrito Federal e em Belo Horizonte e 0,3% em Recife. Em Porto Alegre houve relativa estabilidade (-0,1%), após decréscimos observados desde janeiro.

A elevação do nível ocupacional no conjunto das regiões pesquisadas deveu-se, principalmente, ao desempenho positivo, pelo terceiro mês consecutivo, dos Serviços (150 mil novas ocupações) e da Indústria (89 mil), que apresentou retrações no primeiro trimestre deste ano e no mês anterior. O Comércio e a Construção Civil, no entanto, eliminaram 30 mil e 16 mil postos de trabalho, respectivamente (Tabela 3).

TABELA 3
Ocupação por Setor de Atividade

Setores de Atividade	Estimativas (em mil pessoas)			Variações			
				Absoluta (em mil pessoas)		Relativa (em %)	
	Jun/06	Mai/07	Jun/07	Jun/07 Mai/07	Jun/07 Jun/06	Jun/07 Mai/07	Jun/07 Jun/06
Total	15.566	16.038	16.234	196	668	1,2	4,3
Indústria	2.459	2.429	2.518	89	59	3,7	2,4
Comércio	2.545	2.679	2.649	-30	104	-1,1	4,1
Serviços	8.295	8.624	8.774	150	479	1,7	5,8
Construção Civil (2)	841	838	822	-16	-19	-1,9	-2,3
Outros (3)	1.426	1.468	1.471	3	45	0,2	3,2

Fonte: Convênio Seade/Dieese/MTE - FAT e convênios regionais.
(1) Corresponde ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e ao Distrito Federal.
(2) Inclui reformas e reparação de edificações.
(3) Incluem serviços domésticos e outros setores de atividade não mencionados.

Por posição ocupacional, registrou-se crescimento do nível de assalariamento no setor privado (130 mil) e também no setor público (20 mil). No setor privado, o assalariamento com carteira de trabalho assinada cresceu (156 mil) e o assalariamento sem

registro em carteira apresentou retração (26 mil). O contingente de autônomos teve acréscimo de 31 mil pessoas e o de empregados domésticos, de 9 mil. O agregado outras posições ocupacionais pouco se alterou no período (Tabela 4).

TABELA 4
Ocupados por posição na ocupação

Posição na Ocupação	Estimativas (em mil pessoas)			Variações			
				Absoluta (em mil pessoas)		Relativa (em %)	
	Jun/06	Mai/07	Jun/07	Jun/07	Jun/07	Jun/07	Jun/07
				Mai/07	Jun/06	Mai/07	Jun/06
Total	15.566	16.038	16.234	196	668	1,2	4,3
Total de Assalariados	10.053	10.453	10.611	158	558	1,5	5,6
Setor Privado	8.272	8.668	8.798	130	526	1,5	6,4
Com Carteira Assinada	6.462	6.859	7.015	156	553	2,3	8,6
Sem Carteira Assinada	1.810	1.809	1.783	-26	-27	-1,4	-1,5
Setor Público	1.778	1.792	1.812	20	34	1,1	1,9
Autônomos	2.983	2.945	2.976	31	-7	1,1	-0,2
Empregados Domésticos	1.299	1.334	1.343	9	44	0,7	3,4
Outros (2)	1.231	1.306	1.304	-2	73	-0,2	5,9

Fonte: Convênio Seade/Dieese/MTE - FAT e convênios regionais.

(1) Correspondem ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e ao Distrito Federal.

(2) Incluem donos de negócio familiar, profissionais universitários autônomos, trabalhadores familiares sem remuneração salarial, etc.

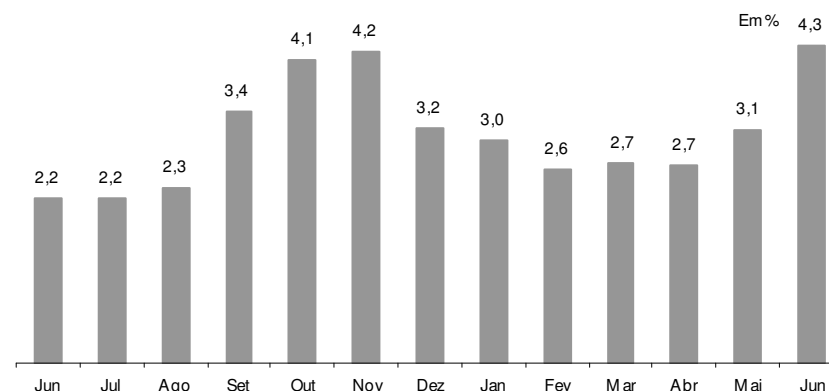
Entre abril e maio de 2007, o rendimento médio real dos ocupados e o dos assalariados, no conjunto das regiões pesquisadas, oscilaram -0,6% e -0,2%, respectivamente. Em valores monetários, estes rendimentos passaram a equivaler a R\$ 1.055 e R\$ 1.136.

O rendimento médio real dos ocupados diminuiu em São Paulo (1,7%, passando a valer R\$ 1.140) e em Belo Horizonte (1,1%, R\$ 949), mas aumentou em Salvador (3,3%, R\$ 809), Recife (1,8%,

R\$ 663), no Distrito Federal (1,0%, R\$ 1.470) e em Porto Alegre (0,7%, R\$ 1.002).

Em relação a junho de 2006, o nível de ocupação do total das regiões pesquisadas cresceu 4,3%, maior variação registrada nessa base de comparação nos últimos doze meses (Gráfico 1). Como o número de ocupações geradas (668 mil) foi superior ao de pessoas que entraram no mercado de trabalho metropolitano (449 mil), o contingente de desempregados diminuiu em 220 mil pessoas. A taxa de participação passou de 60,4% para 60,7%, no período analisado.

GRÁFICO 1
Variação Anual (1) da Ocupação Regiões Metropolitanas (2)
2006-2007



Fonte: Convênio Seade-Dieese, MTE/FAT e convênios regionais.

(1) Mês de referência em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Correspondem ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e ao Distrito Federal.

O desempenho favorável do nível de ocupação resultou da geração de novos postos de trabalho em todas as regiões

pesquisadas: 7,6% em Salvador; 5,6% em Belo Horizonte; 4,0% em Recife; 3,8% em São Paulo e no Distrito Federal; e 2,7% em Porto Alegre.

Segundo os setores de atividade analisados, aumentou o número de postos de trabalho nos Serviços (479 mil ou 5,8%), no Comércio (104 mil ou 4,1%), na Indústria (59 mil ou 2,4%) e no agregado Outros Setores (45 mil ou 3,2%). Houve eliminação de ocupações apenas na Construção Civil (19 mil ou 2,3%).

Por posição na ocupação, o assalariamento aumentou no setor privado (526 mil pessoas) e, em menor medida, no setor público (34 mil). O assalariamento no setor privado com carteira de trabalho assinada continua em trajetória de elevação (553 mil, no período analisado), enquanto o emprego sem carteira diminuiu (27 mil). O número de autônomos pouco se alterou no período (-7 mil), enquanto aumentaram os de empregados domésticos (44 mil) e dos agrupados em outras posições ocupacionais (73 mil).

Nos últimos 12 meses, a taxa de desemprego total no conjunto das seis regiões onde a PED é realizada diminuiu de 17,4% para 15,9%. Segundo suas componentes, reduziram-se as taxas de desemprego aberto (de 11,7% para 10,9%) e oculto (de 5,8% para 5,0%). A taxa de desemprego total reduziu-se em todas as regiões pesquisadas: 11,3% em São Paulo; 10,6% em Belo Horizonte; 7,2% em Salvador e no Distrito Federal; 5,5% em Recife; e 4,0% em Porto Alegre.

Entre maio de 2006 e de 2007, o rendimento médio real dos ocupados aumentou 4,9%, o que se verificou, com diferentes intensidades, em todas as regiões pesquisadas: Salvador (6,7%); Recife (5,9%); São Paulo (5,5%); Distrito Federal (4,3%); Porto Alegre (3,8%); e Belo Horizonte (3,4%).

Quanto ao **mercado de trabalho formal** brasileiro, os dados do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) divulgados pelo MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) mostram que o nível de emprego cresceu elevou-se em 0,64% em junho de 2007, o que correspondeu à geração de **181.667** vagas celetistas. Apesar de positiva a variação ficou abaixo dos percentuais verificados nos meses anteriores.

A elevação do emprego em junho de 2007 decorreu do desempenho positivo de quase todos os setores de atividade econômica. Em termos absolutos, os setores que mais contribuíram para o resultado verificado foram, na devida ordem: a Agropecuária (influenciada por fatores sazonais relacionados ao cultivo do café), os Serviços, o Comércio, a Indústria de Transformação e a Construção Civil.

A Indústria de Transformação foi responsável pela elevação de 27.812 empregos (+0,41%) em junho do ano corrente. Em termos absolutos, os ramos industriais que mais se destacaram no mês em questão foram a Indústria de Produtos Alimentícios e Bebidas (+8.149 ou +0,50%), de Material de Transporte (+5.637 ou +1,30%) e Têxtil e de Vestuário (+4.065 ou +0,45%). Em sentido oposto, a Indústria de Borracha, Fumo e Couros e a de Calçados eliminaram postos de trabalho no mês em análise (-2.422 e -1.198 vagas, respectivamente). No primeiro semestre do ano, a Indústria de Transformação já acumula 299.509 vagas, ou +4,62.

O desempenho da Construção Civil continua merecendo destaque. Em junho de 2007, o saldo de emprego nesse setor foi de +18.469 (+1,29%). Nos primeiros seis meses deste ano, a Construção Civil já acumula +97.571 vagas (+7,22%), o maior resultado ocorrido no período de janeiro a junho em toda a série do CAGED, e significativamente superior, em termos relativos, ao crescimento do emprego no total das atividades no mesmo período (+3,96%).

Entre as Unidades da Federação, São Paulo registrou, novamente, o maior número de vagas criadas (+65.483 ou +0,69%), seguido de Minas Gerais (+46.080 ou +1,47%). Espírito Santo e Rio Grande do Sul, por outro lado, registraram as maiores retrações no estoque de emprego (-3.276 e -1.132 vagas, respectivamente).

3.2 – Taxas de Inflação

Em junho, o custo de vida no município de São Paulo apresentou variação de 0,15%, inferior à taxa apurada para maio (0,63%) em 0,48 ponto percentual (pp). O cálculo do DIEESE verificou ainda que o maior aumento foi registrado nos produtos da Alimentação (0,99%), os quais contribuíram com 0,25 pp no cálculo da taxa de junho. A alta foi, em parte, neutralizada pela queda de preços no grupo Transporte (-1,17%), que assim diminuiu a inflação deste mês em -0,20 pp.

Nos últimos 12 meses – entre julho de 2006 e junho último – o ICV-DIEESE acumula alta de 4,50 %. No primeiro semestre deste ano - de janeiro a junho - sua taxa é de 2,62%, superior à registrada para todo o ano de 2006 (2,57%). As taxas mensais e anuais de janeiro de 2006 até junho de 2007 apontam um crescimento inflacionário superior, neste primeiro semestre, quando comparado a igual período de 2006.

As taxas anuais de 2006 compreendidas entre janeiro e maio, apesar de elevadas, revelam comportamento acentuadamente decrescente. No restante dos meses estas taxas se mantêm em patamares baixos, com pequenas oscilações e 2006 termina com inflação de 2,57%. Neste ano, de 2007, as taxas anuais indicam comportamento distinto daquele verificado em igual período de 2006, ou seja, estas se mostram crescentes ao longo de todo o 1º semestre, registrando apenas ligeira queda em março.

Caso as taxas mensais para o 2º semestre sejam semelhantes às verificadas em 2006, a inflação do ano será da ordem de 4,50%. Porém, a análise das taxas mensais do último semestre de 2006, não permite supor que as futuras taxas de 2007, situem-se no mesmo patamar de igual período do ano passado.

Espera-se ainda para este ano eventuais reajustes nos serviços de utilidade pública (água, telefonia, transporte coletivo etc.) que, dependendo do índice aplicado, poderão resultar em inflação crescente neste próximo semestre.

TABELA 1
Taxas de Inflação
Brasil – 2004 – 2007

Período	(em %)		
	ICV-DIEESE	INPC-IBGE	IPCA-IBGE
2004	7,70	6,13	7,60
2005	4,53	5,05	5,69
2006	2,57	2,81	3,14
Jan-07	0,95	0,49	0,44
Fev-07	0,21	0,42	0,44
Mar-07	0,25	0,44	0,37
Abr-07	0,41	0,26	0,25
Mai-07	0,63	0,26	0,28
Jun-07	0,15	0,31	0,28
ACUMULADO 2007	2,63	2,20	2,08
DATA BASE 1º DE JULHO DE 2007	4,50	3,97	3,69

Fonte: DIEESE e IBGE

As taxas mensais e anuais para o índice geral e por estrato de renda†† para os grupos e subgrupos do ICV-DIEESE, encontram-se na Tabela 2.

TABELA 2
Índice do Custo de Vida (ICV-DIEESE)
Taxa geral e por estrato de renda
Município de São Paulo

Índices	Maio 2007 %	Junho 2007 %	Diferença pp.
Geral	0,63	0,15	-0,48
Estrato 1	0,38	0,48	0,10
Estrato 2	0,46	0,22	-0,24
Estrato 3	0,75	0,03	-0,72

Fonte: DIEESE

O IPCA, calculado pelo IBGE desde 1980, se refere às famílias com rendimento monetário de um a 40 salários-mínimos, em 9 regiões metropolitanas do país e 2 municípios, também é utilizado pelo governo como parâmetro para o chamado sistema de metas de inflação. O índice do mês de junho teve variação de 0,28 % e

†† O DIEESE calcula ainda mais três indicadores de inflação, segundo tercís de estratos de renda das famílias paulistanas. O estrato 1, que corresponde à estrutura de gastos de 1/3 das famílias mais pobres (renda média = R\$ 377,49), o estrato 2, que contempla os gastos das famílias com nível intermediário de rendimento (renda média = R\$ 934,17) e o estrato 3, que reúne as famílias de maior poder aquisitivo (renda média = R\$ 2.792,90). Os níveis de rendimento referem-se aos valores definidos para junho de 1996, quando da implantação da atual ponderação do ICV.

manteve a mesma taxa registrada em maio (0,28%). Considerando o resultado acumulado no ano, o IPCA situou-se em 2,08%, mais alto do que em igual período de 2006 (1,54%). Nos últimos 12 meses, o acumulado ficou em 3,69%, acima da taxa de 3,18% registrada nos 12 meses imediatamente anteriores. Em junho de 2006, o índice havia ficado em -0,21%.

O grupo **Alimentação e Bebidas** apresentou alta de 1,09%, a principal pressão foi exercida pelo **leite pasteurizado**, que, em função da menor oferta. Importante no consumo familiar, com cerca de 1% de participação relativa nas ponderações do IPCA, os preços do **leite** chegaram a aumentar 12,40% durante o mês de junho. Com isto, os derivados também se apresentaram em alta: **leite em pó** (3,45%), **queijos** (2,77%), **leite condensado** (2,74%) e **creme de leite** (1,61%). Foi de 7,35% a elevação do item **leite e derivados**. Ainda no grupo dos **alimentos** foram destaques os preços do **feijão carioca**, que subiram 15,73%, e os **ovos** que ficaram 4,93% mais caros. Além dos alimentos, os **artigos de vestuário** (0,91% de variação; 0,06 ponto percentual de contribuição) e os **salários dos empregados domésticos** (1,11% de variação; 0,03 ponto de contribuição) também mereceram destaque no mês de junho.

Por outro lado, ocorreu queda de 1,69% nos combustíveis. A maior produção de cana-de-açúcar ocasionou redução nos preços do **álcool** nas usinas, o que se refletiu numa queda de 12,35% no preço do litro do **álcool combustível** nas bombas. Os preços da **gasolina**, por sua vez, influenciados pelo **álcool**, apresentaram queda de 0,77%.

O INPC, também é calculado pelo IBGE, desde 1979, no mesmo espaço geográfico porém se refere às famílias com rendimento monetário de 01 a 06 salários-mínimos. Normalmente é o índice utilizado nas negociações coletivas entre trabalhadores e patrões.

O INPC apresentou variação de 0,31% em junho, resultado maior que o de maio (0,26%). Com o índice de junho, o acumulado do ano situou-se em 2,20% e ficou acima da taxa do ano passado (1,06%). Na perspectiva dos últimos 12 meses, situou-se em 3,97%, também acima do resultado de 3,57% relativo aos 12 meses imediatamente anteriores. Em junho de 2006 o índice foi de -0,07%. No índice de junho, os produtos **alimentícios** apresentaram variação de 0,93%, enquanto os **não alimentícios** aumentaram 0,08%.

3.3 – Cesta Básica

O acompanhamento mensalmente da evolução de preços de treze produtos de alimentação, definido pelo Decreto Lei no 399, de 30/04/1938, assim como o gasto mensal que um trabalhador teria para comprá-los, em 16 capitais brasileiras, permite ao DIEESE realizar a Pesquisa Nacional da Cesta Básica. Outro dado importante da pesquisa são as horas de trabalho necessárias ao indivíduo que ganha salário mínimo, para adquirir estes bens e o salário mínimo necessário, também divulgado mensalmente.

Na Tabela 1 podemos verificar o valor da cesta, em junho de 2007, nas capitais assim como o percentual do salário mínimo líquido^{##} necessário para adquiri-la, quanto tempo o trabalhador utiliza do seu trabalho para comprá-la e a variação no ano.

^{##} Após a dedução da parcela referente à Previdência Social.

TABELA 1
Pesquisa Nacional da Cesta Básica
Custo e variação da cesta básica em dezesseis capitais
Brasil – Junho de 2007

Capital	Valor da Cesta (R\$)	Porcentagem do Salário Mínimo Líquido	Tempo de Trabalho	Variação no ano (%)
Recife	138,59	39,49	80h 14min	4,88
Brasília	171,31	48,82	99h 11min	- 0,31
São Paulo	187,45	53,42	108h 31min	2,97
Vitória	164,63	46,91	95h 19min	4,08
Salvador	137,05	39,05	79h 21min	1,66
Curitiba	170,94	48,71	98h 58min	1,76
Porto Alegre	193,90	55,25	112h 15min	4,12
Goiânia	153,84	43,84	89h 04min	0,92
Florianópolis	167,70	47,79	97h 05min	-0,53
Belo Horizonte	165,82	47,25	96h 00min	-3,31
Rio de Janeiro	173,33	49,39	100h 21min	1,13
Aracaju	140,45	40,02	81h 19min	2,06
Fortaleza	136,85	39,00	79h 14min	2,96
Natal	139,22	39,67	80h 36min	-1,07
João Pessoa	134,07	38,20	77h 37min	0,14
Belém	154,91	44,14	89h 41min	-1,43

Fonte: DIEESE

O salário mínimo necessário estimado deveria ser, em junho, a R\$1.628,96, ou seja, 4,28 vezes o mínimo em vigor. Em maio, o menor salário deveria ser de R\$ 1.620,64, ou 4,26 vezes o valor vigente, de R\$ 380,00.

Apesar do comportamento desigual dos preços da cesta básica, o tempo médio de trabalho necessário para que o trabalhador que

ganha salário mínimo pudesse adquirir o conjunto de bens essenciais reduziu-se em junho, na comparação com o mês anterior. Assim, na média das 16 cidades, o trabalhador que ganha salário mínimo necessitou cumprir uma jornada 91 horas e 33 minutos para realizar a mesma compra que em maio exigia a execução de 92 horas e 03 minutos. Em junho de 2006, o tempo de trabalho necessário para a mesma compra era maior, e chegava a 96 horas e 04 minutos. Quando se considera o salário mínimo líquido verifica-se que, em junho, 45,06% do mínimo eram empregados na compra dos mesmos itens que no mês anterior exigiam 45,31%. Em junho do ano passado eram necessários 47,28%

Fonte: DIEESE E IBGE

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

4 – DESEMPENHO SETORIAL

4.1 – Indústria Geral

Segundo pesquisa do IBGE, em maio de 2007, a produção industrial variou 1,3%. Na comparação com maio de 2006, Indústria cresceu 4,9%. Nos primeiros cinco meses do ano, acumula expansão de 4,4% e a taxa anualizada, indicador acumulado nos últimos doze meses, repete o resultado de abril (3,3%).

No comparativo maio/abril quinze dos vinte e três ramos pesquisados que têm séries ajustadas sazonalmente assinalam expansão. O destaque fica com o desempenho de veículos automotores (3,7%), seguido por farmacêutica (8,3%), máquinas e equipamentos (3,1%) e alimentos (1,2%). As principais pressões negativas vieram de outros produtos químicos (-1,8%) e de bebidas (-2,8%), após expansão de 1,8% e de 4,1% no mês anterior, respectivamente.

Em relação a maio de 2006, observa-se que a produção industrial sustenta resultados positivos há onze meses consecutivos. Nesta comparação, a maioria (19) dos vinte e sete ramos pesquisados assinala aumento na produção, sendo que os impactos positivos mais importantes para o índice geral vieram de máquinas e equipamentos (19,0%) e de veículos automotores (10,8%). Na indústria de máquinas e equipamentos há aumento na produção em 67% dos 81 produtos pesquisados. No ramo de automóveis e autopeças, dos 24 produtos acompanhados, 75% mostram crescimento. Também vale destacar os desempenhos positivos observados nas indústrias de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (14,5%), metalurgia básica (7,1%), outros produtos químicos (4,2%) e bebidas (8,2%). Entre os oito ramos que assinalaram queda na produção, os que mais pressionaram a

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

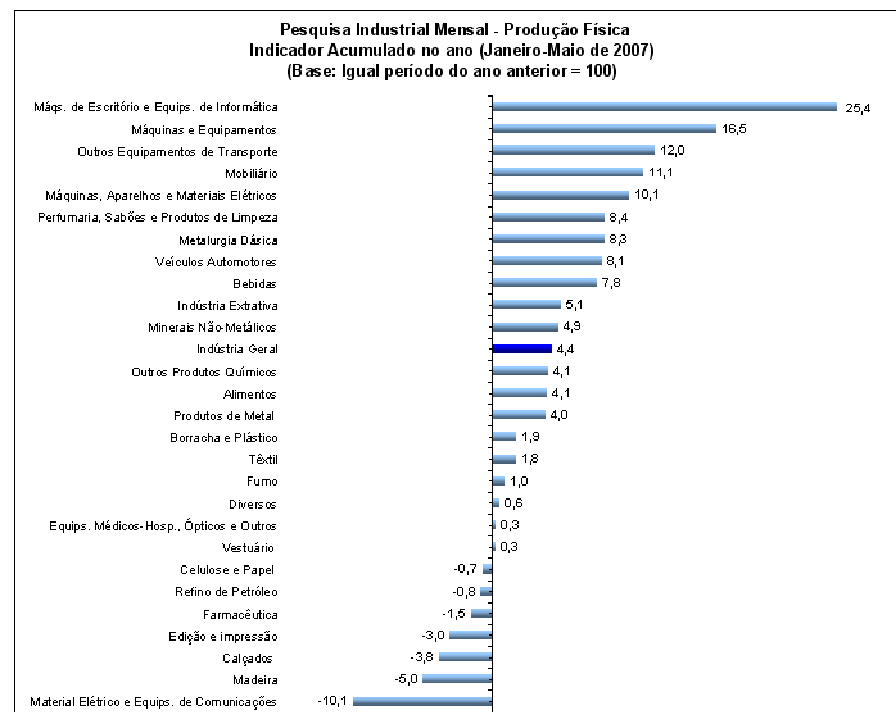
taxa global da indústria foram edição e impressão (-5,5%), material eletrônico e equipamentos de comunicações (-4,2%) e celulose e papel (-2,9%), nos quais sobressaíram, respectivamente, os itens: revistas e cds; telefones celulares; e celulose.

No acumulado janeiro-maio, frente a igual período de 2006, o crescimento total da indústria foi de 4,4%, com 20 atividades apontando aumento na produção. A fabricação de máquinas e equipamentos (16,5%) mantém a liderança em termos de impacto sobre o índice geral. Outras influências positivas relevantes sobre o resultado global da indústria vieram de veículos automotores (8,1%), metalurgia básica (8,3%) e alimentos (4,1%). Em sentido oposto, entre as sete indústrias com queda, a que mais pressiona a taxa global continua sendo a de material eletrônico e equipamentos de comunicações (-10,1%).

Em síntese, a evolução dos índices nos primeiros cinco meses de 2007 revela um quadro positivo da atividade fabril. Tanto nas comparações contra iguais períodos do ano anterior quanto na evolução dentro do próprio ano de 2007, o setor vem sustentando resultados positivos. O indicador mensal cresce desde julho de 2006; e nas comparações livres de influências sazonais, a indústria geral cresce em maio 1,3%, e desde setembro de 2006 não registra taxa negativa, período em que acumula um incremento de 5,2%.

Na análise regional a produção industrial entre maio e abril de 2007 houve expansão em dez dos quatorze locais pesquisados. Em sete deles, a indústria cresceu em patamar igual ou superior à média nacional, enquanto, em três estados, expandiu menos que o índice nacional. Em maio de 2007, frente ao mesmo mês do ano anterior, os índices regionais apresentam taxas positivas em doze dos quatorze locais pesquisados.

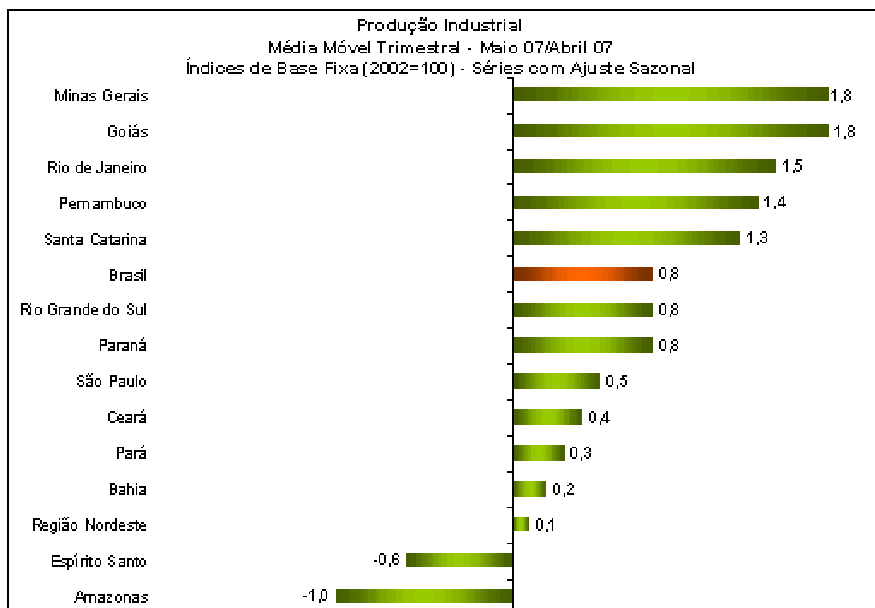
GRÁFICO 1



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria

São Paulo (1,3%), maior parque industrial do país, apresentou taxa igual à média nacional (1,3%), ficando acima desta Goiás (6,1%), Ceará e Santa Catarina (ambos com 3,4%), região Nordeste (3,0%), Pará (2,5%) e Bahia (2,2%). As demais taxas positivas foram observadas nos seguintes estados: Espírito Santo (1,2%), Minas Gerais (1,1%) e Pernambuco (0,7%). Os estados com redução na produção são: Rio de Janeiro (-0,2%), Paraná (-0,7%), Rio Grande do Sul (-1,1%) e Amazonas (-2,5%).

GRÁFICO 2



Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas/Coordenação de Indústria

Também de acordo com o IBGE o nível de emprego na indústria nacional em maio mostrou variação positiva de 0,3% frente a abril. Em linha com a tendência de crescimento que se vem observando na produção industrial, esse indicador permanece positivo há cinco meses consecutivos, período em que acumula 2,0% de expansão.

Os principais destaques, em termos de participação no total do país, foram: São Paulo (2,3%), Região Norte e Centro-Oeste (3,1%) e Região Nordeste (2,1%). No primeiro local, que responde por quase 40,0% do contingente de trabalhadores da indústria, treze dos dezoito setores acompanhados apresentaram

resultados positivos, sobressaindo os impactos de máquinas e equipamentos (8,5%), outros produtos da indústria de transformação (9,5%) e meios de transporte (3,2%). Nos outros dois locais citados, as influências mais relevantes vieram de alimentos e bebidas (10,0%) e madeira (4,6%), na Região Norte e Centro-Oeste, e de refino de petróleo e produção de álcool (35,3%) e alimentos e bebidas (2,5%), na Região Nordeste.

Também vale destacar a primeira variação positiva no emprego do Rio Grande do Sul (0,2%) desde setembro de 2004. No total do país, treze dos dezoito segmentos pesquisados mostraram aumento no emprego. As principais influências positivas vieram de alimentos e bebidas (4,4%), produtos de metal (5,3%) e máquinas e equipamentos (5,0%), enquanto, em sentido contrário, destacaram-se os impactos negativos dos setores de calçados e artigos de couro (-5,7%) e de vestuário (-3,8%).

Ainda na análise do índice mensal, entre os treze setores que pressionaram positivamente a média global, destacaram-se as contribuições de alimentos e bebidas (4,0%), máquinas e equipamentos (6,8%) e meios de transporte (5,5%). Por outro lado, os impactos negativos mais importantes vieram de vestuário (-4,2%), calçados e artigos de couro (-4,3%) e madeira (-4,5%).

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística